



ACÓRDÃO Nº73/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11620/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Civil - Prefeitura de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto e José Fernando de Farias (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4489/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Civil - Prefeitura de Manaus. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Casa Civil da Prefeitura de Manaus, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto**, Secretário Municipal à época, no período de 01/01 a 05/04/2018 e 26/11 a 31/12/2018; e do **Sr. José Fernando de Farias**, Subsecretário Subchefe Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo à época, no período de 01/01 a 31/12/2018, nos termos dos arts. 1º, inciso II, 22, inciso II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 e arts. 188, § 1º, inciso II, e 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Determinar à atual gestão da Casa Civil da Prefeitura de Manaus e seus sucessores que:

10.2.1. Sejam incluídas nas próximas Prestações de Contas



ACÓRDÃO Nº73/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Anuais do órgão as notas explicativas no Balanço Financeiro informando a disponibilidade financeira;

10.2.2. Continue adotando as devidas providências quanto a realização de concurso público para cumprimento do art. 37, II, da CRFB/88; e

10.2.3. Realize o custeio de combustível da Relação da Frota de Veículos Oficiais e Locados da própria Casa Civil e não de outros órgãos/fundos do ente, mesmo que vinculados, uma vez que o Fundo Manaus Solidária – FMS possui orçamento próprio.

10.3. Dar quitação ao **Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto**, Secretário Municipal à época, e ao **Sr. José Fernando de Farias**, Subsecretário Subchefe Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo à época, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, após o cumprimento do item 10.2;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO que adote as providências dispostas no art. 161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;

10.5. Arquivar os autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Fevereiro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral